



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 14 | Ano 2024

Felisberto V. Chiumba Luciano

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ VERSUS DISPUTA POLÍTICA: OS AVANÇOS E RECUOS DO PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA

CONSOLIDATION OF PEACE VERSUS POLITICAL DISPUTE:
THE ADVANCES AND RETREATS OF THE NATIONAL
RECONCILIATION PROCESS IN ANGOLA

RESUMO: Após alcançar a independência política em 1975, Angola viu-se mergulhada numa guerra civil de vinte e sete anos que deixou “feridas abertas” na sociedade angolana. Desde o fim da guerra, em 2002, o país vem trilhando um desafiador caminho que visa a consolidação da paz e reconciliação nacional. Buscando alcançar este fim, em 2019 criou-se a Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), ocorridos entre 1975 e 2002. Destarte, o presente artigo objetivou analisar as ações da CIVICOP no âmbito da reconciliação nacional. No entanto, a pesquisa revelou que a atuação da CIVICOP tem sido pautada por graves irregularidades que ferem de morte os nobres objetivos da sua criação. A metodologia utilizada ancorou-se na observação não-estruturada e na revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias Traumáticas; Reconciliação Nacional; Angola

ABSTRACT: After achieving political independence in 1975, Angola found itself plunged into a twenty-seven-year civil war that left “open wounds” in Angolan society. Since the end of the war in 2002, the country has been following a challenging path aimed at consolidating peace and national reconciliation. Seeking to achieve this end, in 2019 the Commission for the Implementation of the Reconciliation Plan in Memory of the Victims of Political Conflicts (CIVICOP) that occurred between 1975 and 2002 was created. Therefore, this article aimed to analyze CIVICOP's actions within the scope of reconciliation national. However, the research revealed that CIVICOP's actions have been marked by serious irregularities that seriously undermine the noble objectives of its creation. The methodology used was based on unstructured observation and bibliographic review.

KEY WORDS: Traumatic Memories; National Reconciliation; Angola

CONSOLIDAÇÃO DA PAZ VERSUS DISPUTA POLÍTICA: OS AVANÇOS E RECUOS DO PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA

Felisberto Victor Chiumba Luciano ¹

Introdução

Entre 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência política, e 4 de abril de 2002, quando foi alcançada a paz militar, Angola viveu um dos piores períodos da sua história recente. Depois de conquistar a independência de Portugal, o país viu-se mergulhado numa guerra civil que durante vinte e sete longos e penosos anos resultou na morte de milhões de angolanos, além dos mutilados e traumatizados, deixando “feridas abertas” no seio das comunidades. Destarte, tendo em consideração que a guerra civil angolana resultou em vários e violentos processos, cujas memórias ainda demandam alguma sensibilidade na forma de as abordar, por esta razão, quer ao nível das estruturas do Estado angolano, quer no seio das comunidades e famílias, durante muito tempo optou-se pelo silenciamento destas memórias traumáticas. Assim, os anos foram passando e Angola teimava em não exorcizar os “demônios” da sua história recente. Como diz Peixoto (2015, p. 183), Angola estava acometida de “[...] uma espécie de amnésia colectiva, como se o país inteiro sofresse de stress pós-traumático e quisesse esquecer-se de uma parte significativa da sua História, com a qual não sabe lidar”.

Com o fim da guerra civil, o Estado angolano definiu estrategicamente a reconstrução e reconciliação nacional como missão de primeira grandeza. No entanto, estas tinham uma dimensão mais infraestrutural do que mental, ou psicológica, se quisermos. E transcorridos quarenta e sete anos após os assassinatos do evento que ficou conhecido como “27 de Maio de 1977”, e vinte e sete anos depois da violência pós-eleitoral de 1992, que resultou na morte de milhares de angolanos em várias partes do país. O fato é que o atual governo de Angola, legitimado nas eleições de 2017, deu início um novo ciclo político que resultou numa nova abordagem relativamente aos passivos históricos do país, assumindo uma postura de maior abertura para lidar com o seu passado traumático, realizando para o efeito, fundamentalmente em 2019, uma série de ações que podem efetivamente dar indícios de estar-se em presença da legitimação do direito à reparação de erros cometidos no passado (AGOSTINHO, 2021).

Foi neste sentido que, no dia 26 de abril de 2019, o atual presidente angolano, movido por aquilo que designou de imperativo político e cívico do Estado, com o fito de assegurar a paz espiritual da sociedade em face dos episódios do passado que podem minar a convivência

nacional, perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos, e estrangular o processo de reconciliação nacional ainda em curso, criou a Comissão Interministerial para Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), coordenada pelo então Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Queirós, à quem encarregou a responsabilidade de materializar o plano de homenagem às vítimas dos processos políticos angolanos cujo mote é “abraçar e perdoar”. Em ato contínuo, autorizou através do Despacho Presidencial nº 35/22, de 15 de fevereiro de 2022, a despesa e formalização da abertura do Concurso Público para construção do Memorial em homenagem às vítimas dos conflitos políticos, com a designação de “Aliança Eterna”, simbolizando um pedido de desculpas em memória das vítimas dos violentos processos ocorridos em Angola entre 1975 e 2002, permitindo assim a criação de um espaço de memória que possa constituir-se num alerta permanente às gerações presentes e futuras, para impedir que os trágicos erros políticos do passado recente se repitam.

Por seu turno, Kamwenho² (2023), assumindo uma postura mais crítica em relação ao plano de reconciliação nacional em curso no país, no âmbito da CIVICOP, asseverou que em Angola os discursos e narrativas habituais do partido no poder, no caso o MPLA, sobre a paz, justiça social e reconciliação não passam daquilo que designou de um “autêntico diálogo de surdos”, tendo-se confessado imunizado contra os lemas e *slogans* dos Congressos deste partido político que ao longo de 49 anos de independência não produziram resultados efetivos para a paz, progresso, justiça social e verdadeira reconciliação em Angola. Kamwenho chama atenção aos riscos de o MPLA continuar a tratar o país como se fosse seu “clube privado”, prática que vai na contramão do lema que o partido adotou durante o seu VIII Congresso, realizado em 2021, cujo teor foi “Por uma Angola mais desenvolvida, democrática e inclusiva”.

Em relação à Monteiro (2004, p. 66), numa interessante reflexão sobre a paz e reconciliação em Angola, ressaltou que: “Há muito que se reconhece a reconciliação como um elemento fundamental na construção de uma paz justa e duradoura”. No entanto, acrescentou que, não existem fórmulas próprias e únicas para se alcançar a paz e a reconciliação, pois o significado que os indivíduos e grupos atribuem às experiências de violência, e lidam com o impacto causado por elas, está intrinsecamente relacionada com contextos sociais e culturais

¹ Docente do Instituto Superior Politécnico Sinodal (ISPS). Mestre em Ensino da História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla). felisbertoluciano9@gmail.com

² Dom Zacarias Kamwenho é Arcebispo Emérito do Lubango e prêmio Sakharov 2001, título que lhe foi atribuído no dia 18 de Outubro pelo Parlamento Europeu, sob proposta do Partido Popular Português (PPP) apoiado pelo Partido Socialista Português (PSP) pelo seu engajamento em prol da paz e reconciliação em Angola. O referido prêmio foi partilhado com duas outras entidades, nomeadamente a deputada Nurit (Israel) e o Senhor Ghazzawi (Palestina).

específicos. Embora haja conceitos que pretendem ser os únicos corretos e universalmente válidos, as experiências mostram que a reconciliação é um processo complexo, para o qual não existem soluções fáceis. Não existe uma solução pré-fabricada que possa simplesmente ser aplicada em qualquer parte. Portanto, dito de outra forma, a experiência de outros países que levaram a cabo processos que visavam a reconciliação nacional em contexto pós-bélicos, e cabe aqui citar exemplos como o da África do Sul, Ruanda e alguns países do cone Sul, como Argentina, Uruguai, Venezuela, só para citar alguns, pode não funcionar em Angola.

No entanto, cumpre realçar que, à exemplo do que ocorreu na África do Sul com a constituição das Comissões de Verdade e Reconciliação, bem como com os tribunais comunitários *Gacaca* no Ruanda, foi a necessidade imperativa de reconciliação entre os angolanos que impeliu o governo criar a CIVICOP para possibilitar a emergência e insurgência de um espaço onde as memórias traumáticas do passado, que nunca passa, pudessem ser tratadas livremente, sem quaisquer receios e tabu, com o fito de curar as “feridas” abertas durante a guerra civil. Assim, o presente artigo buscou verificar se efetivamente as ações que a CIVICOP tem vindo a realizar encontram-se alinhadas aos nobres objetivos que presidiram a sua criação.

Um olhar sobre o conturbado processo histórico-político angolano (1975-2002)

Conturbado! Esta é uma das poucas palavras da língua portuguesa que melhor define o processo histórico-político angolano que cobre o período que vai desde o alcance da independência, em 1975, até o fim da guerra civil em 2002. Assim, um momento de atenção sobre o referido processo torna evidente a visão de que, desde o período pré-colonial até ao pós-independente, há um aspecto comum à todas as fases ou períodos da História de Angola que acabou afetando toda sua trajetória de forma incontornável, constituindo-se no fator constante mais perdurável, influente e visível: a violência!

Correia (1996), destacando a onipresença da violência na História de Angola, afirma que o país registrou violência em praticamente todos os momentos de sua história, que vão desde a repressão na fase de tomada de consciência, durante a guerra colonial na fase da luta de libertação nacional, no contexto da guerra civil e das intervenções externas armadas na fase de transferência do poder, no contexto da proclamação da independência e da consolidação da identidade nacional, bem como no processo de construção do Estado e na democratização do país. Destarte, importa frisar que, no limite, foram os violentos eventos perpetrados durante os vinte e sete anos de guerra civil que Angola viveu após a proclamação da independência política, que deram conteúdo às memórias traumáticas com as quais o país se debate ainda hoje. E em

relação às causas desta guerra, elas só podem ser entendidas mediante análise minuciosa do complexo *puzzle* geopolítico em que se processou a descolonização de Angola. Sobre este assunto, o historiador gabonês Mbah (2010, p. 230), destaca que:

Do ponto de vista local, as rivalidades políticas entre a FNLA, o MPLA e a UNITA tornavam impossível qualquer solução pacífica. Na metrópole, pode-se evocar as divergências opondo os militares portugueses divididos entre os que, no seio do Movimento das Forças Armadas (MFA), defendiam o fim das guerras coloniais e a concessão da independência às colónias, e outros, que, como o general Spínola desejavam o *statu quo*. Na mesma ordem de ideia, pode-se igualmente assinalar os problemas de política interior em Portugal decorrentes do golpe de Estado do 25 de Abril. No plano internacional, necessário será evocar as rivalidades Este-Oeste. Por razões evidentes, trata-se de um ponto primordial, visto que a descolonização de Angola ocorre em pleno contexto da Guerra-fria. Estes factores exógenos pesaram imenso sobre a evolução dos acontecimentos em Angola, ao encontrarem aí um terreno propício a partir de 1974 e sobretudo em 1975.

Mediante uma análise objetiva aos fatores endógenos e exógenos, o número de intervenientes, os interesses em jogo e o contexto histórico-político internacional em que os processos de luta e proclamação da independência³ de Angola ocorreram, facilmente se pode concluir que o processo revolucionário começado em 1961 dificilmente terminaria num clima de paz. Apesar de toda violência sofrida, e ainda que os caminhos para a paz em Angola estivessem permeados de muitas incertezas, cheio de percalços, com “curvas” e “contracurvas”, encontros e desencontros, desentendimentos permanentes entre as forças nacionalistas, como se por uma fatalidade pré-determinada os angolanos estivessem fadados a viver perpetuamente em guerra, finalmente em 2002 o bom senso falou mais alto e a paz chegou em Angola. Contudo, os caminhos para paz passaram por várias rondas negociais que começaram muito antes da proclamação da sua independência, cujo objetivo foi colocar à mesa das negociações os principais intervenientes na luta anticolonial, para que através do diálogo franco e aberto fossem construídos os pilares fundacionais da Angola independente.

Efetivamente, não cabe na economia desta reflexão uma descrição extensiva e exaustiva da cronologia e do itinerário seguido durante o processo negocial que visou a autonomia política e convivência pacífica entre os angolanos, mas importa dizer que o mesmo foi marcado por várias conversações em diferentes geografias, com destaque para Mombaça (1975), Nakuru

³ A proclamação da independência de Angola constitui-se no ponto mais alto do processo de lutas e resistências que caracterizou a relação entre os povos africanos de Angola em face das investidas colonialistas europeias, portuguesas em particular, desde os primeiros contatos estabelecidos no século XV, precisamente em 1482. Portanto, diferente do que erroneamente se propala, a colonização portuguesa em Angola não durou 500 anos, pois como diz a distinta investigadora Neto (2008, p. 176) “à data da independência, a maioria dos povos de Angola não tivera um século de

(1975), Alvor (1975), Gbadolite (1989), Bicesse (1991), Lusaka (1994) e Luena (2002). Portanto, jamais será excessivo afirmar que, apesar das interferências externas, os atos de violência que acompanharam o conturbado período que teve início com a proclamação da independência e encerrou com o alcance da paz, é diretamente imputável aos principais Movimentos de Libertação Nacional de Angola, que “embriagados” pelo poder total colocaram sempre em primeiro lugar os seus interesses partidários (egoístas), em detrimento da pátria (coletividade), pois, conforme asseverou peremptoriamente Muekalia (2010, p. 33): “Faltou vontade política para definir a visão de um país inclusivo que se ergueria com o esforço de todos e para todos. Ao contrário, cultivou-se a mentalidade de exclusão e a psicologia de suspeição, num processo em que se perdia ou se ganhava tudo. Ninguém tinha, na altura, a noção da tragédia que nos esperava”.

No entanto, a tragédia angolana, que resumiu-se na guerra civil que prosseguiu o seu curso sangrento em toda extensão do país, com intensidade variável em função da região e dos meios bélicos à disposição das partes em confronto, só conheceu o seu fim quando Jonas Malheiro Savimbi, o líder da UNITA, morreu em combate a 22 de fevereiro de 2002, no Lucusse, na província do Moxico (região Leste do país), o que possibilitou a assinatura, a 4 de abril do mesmo ano, do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka. A assinatura deste documento, em Luena, capital da província do Moxico, pôs fim à um dos períodos mais mortíferos e destruidores da História de Angola, que ceifou milhares⁴ de vidas humanas e destruiu o tecido social e económico do país, relegando as suas populações à miséria e pobreza extremas. É desta violência fundadora que foram construídas as memórias dos processos históricos angolanos entre 1975 e 2002.

A violência geradora das memórias traumáticas de Angola

Se por um lado, o contexto político-militar da Angola pós-independente foi profundamente marcado pelas rivalidades entre o governo de Angola (suportado pelo MPLA) e a UNITA, tendo resultado numa guerra civil que durou vinte e sete longos e sangrentos anos, cujo desfecho aconteceu em 2002, vale, porém, dar nota que, no interior do próprio MPLA viveram-se

domínio colonial, apesar de o início da conquista portuguesa de Angola remontar a quatrocentos anos atrás (Luanda, 1975)”.

⁴ Ao longo dos seus quase 30 anos, a guerra civil em Angola gerou cerca de um milhão de mortos, 200 mil mutilados e estropiados, mais de 50 mil crianças órfãs, cerca de 4,5 milhões de deslocados (aproximadamente 40 por cento da população ativa) e mais de 600 mil refugiados, nomeadamente na Namíbia, Zâmbia e República Democrática do Congo (RAMOS, 2018, p. 720).

algumas convulsões políticas, tais como a “Revolta do Leste”, a “Revolta Ativa”, ambas no dealbar da independência, em 1976, e a “Tentativa de Golpe de Estado de 1977”. Com efeito, a seguir procurar-se-á refletir sobre este último evento, ou seja, a tristemente célebre movimentação “fracionista” de Nito Alves e seus companheiros, apoiada pela URSS, que deu origem a uma primeira grande depuração “pró-Agostinho Neto” nas fileiras do MPLA, então partido-Estado, que resultou no assassinato de milhares de militantes e figuras de proa do partido dos Camaradas, que deixaram “fraturas” e cujas memórias traumáticas ainda suscitam dor e pesar no seio do MPLA e da sociedade angolana como um todo.

O “27 de maio de 1977”

Não há a mais pálida dúvida de que um dos reflexos mais dramáticos da violência dos conflitos políticos angolanos, ocorridos entre 1975 e 2002 foram seguramente os assassinatos do 27 de maio de 1977. Fazendo um pouco de história sobre este evento, vale referir que a «crise nitista» teve início quando Nito Alves, nas vestes de Ministro da Administração Interna do governo de Agostinho Neto, deslocou-se à Moscou com o intuito de participar no XXV Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) em Março de 1976. E o fato de ele ter participado naquele conclave em representação do MPLA, deduz-se que Nito Alves era alguém em quem os soviéticos depositavam alguma confiança. Nito, explorando a oportunidade daquele certame para demonstrar o seu pró-sovietismo e granjear algum apoio, fez um estrondoso discurso que suscitou uma forte salva de palmas e permitiu-lhe encetar contatos com várias individualidades dos diferentes níveis da hierarquia política soviética.

Regressado à Angola, Nito Alves, com a força do cargo que ostentava, de Ministro da Administração Interna, dirigiu uma asfixiante perseguição contra alguns elementos da Organização Comunista de Angola (OCA), de orientação maoísta e da «Revolta Activa», que tinham sido reabilitados e reintegrados no MPLA, mas que manifestavam uma forte oposição aos vínculos do MPLA ao Kremlin. Não ficando por aí, pouco depois, Nito Alves, objetivando confrontar as opções políticas de Agostinho Neto, destilou críticas abertas ao Governo do MPLA pelo fato de se terem afastado das teses soviéticas. Nito, em suas tessituras discursivas, criticou igualmente o fato de naquela altura haver um número excessivo de mestiços na direção do partido, sendo os principais visados os dois mais próximos colaboradores de Neto, Lúcio Lara, então Secretário-geral do MPLA, e Henrique Teles Carreira, ou simplesmente «Iko» Carreira, à data dos fatos, Ministro da Defesa. À esse respeito, Enders (1997, p. 122) afirma peremptoriamente que:

Depois da sua vitória, o MPLA entra num período de turbulência. O poder dos mestiços é cada vez mais contestado nos musseques de Luanda. Em 1977, uma tendência afro-nacionalista, encarnada pelo Ministro da Administração Interna, Nito Alves, tenta derrubar Agostinho Neto e pôr fim ao poder dos antigos assimilados no aparelho do Estado e à influência dos seus aliados cubanos. O golpe de Estado é acompanhado por uma insurreição popular, cuja repressão causa milhares de vítimas.

Cumprir destacar que, desde o seu regresso de Moscovo, Nito Alves desenvolveu uma intensa agenda que reforçou a sua popularidade junto das bases do MPLA, bem como da população em geral e de grande parte do exército, com destaque a 9.^a Brigada, sendo por isso tomada como muito provável que a maioria o apoiasse. Destarte, o golpe de Estado teria lugar durante a III Plenária do Comitê Central (C.C) do MPLA, que se reuniu em Luanda entre os dias 23 e 29 de outubro de 1976, para proceder à formulação e clarificação da linha política do partido. Naquele certame, o órgão máximo do MPLA decidiu abrir um inquérito sobre atividades que visavam dividir o partido, Nito Alves e Zé Van-Dúnem foram formalmente acusados de “fracionismo”, ou se quisermos, de tentativa de divisionismo no seio do MPLA, resultando na suspensão das suas funções partidárias e estatais. Nos meses subsequentes, o conflito interno tornava-se cada vez mais aberto e declarado. E enquanto o líder do MPLA, Agostinho Neto, apelava à coesão da direção política do partido, condenando todo tipo de atividade separatista, Nito Alves engrossava o tom das suas críticas, destacando a permanência de desigualdades decorrentes da raça no seio do movimento. Reagindo à sua suspensão ao C.C do partido e das suas funções de Ministro da Administração Interna, segundo Ramos (2018, p. 315):

Nito Alves propunha a criação de uma comissão de inquérito. Apesar do arrastamento das indagações por um longo período de tempo e a tardia apresentação das suas conclusões sobre o fracionismo, o que ajudava ao aprofundamento do divisionismo no seio do movimento, a comissão de inquérito apresentava o seu relatório na V Sessão Plenária do Comitê Central, reunida de 20 a 21 de Maio de 1977, em Luanda. Depois de apreciado o relatório, o Comitê Central concluía pela existência «de facto» de uma actividade «fracionista» e debruçava-se profundamente sobre os seus reflexos no seio do movimento (RAMOS, 2018, p. 315).

E enquanto Nito Alves se empenhava em procurar esclarecer que o seu propósito era denunciar, desmascarar e combater energeticamente a natureza reacionária da aliança da direita e dos maoístas nas estruturas do MPLA, o Comitê Central, coerente com a sua linha dura, decidia pela expulsão de Nito e de Zé Van-Dúnem daquele órgão decisivo do movimento. Ato contínuo, ainda no mesmo dia, numa Assembleia magna de militantes que teve lugar no pavilhão gimnodesportivo da Cidadela, na capital do país, Agostinho Neto dava a conhecer publicamente

a expulsão dos “nitistas” e declarava o seu inquebrantável empenho pessoal em dar um combate sem tréguas contra todos os «fracionistas».

No entanto, Moscou começava a nutrir uma certa apreensão em relação ao curso que a situação política interna do MPLA ia tomando, tendo manifestado algumas reticências em relação à Neto, pois este politicamente começava a demarcar-se da linha ideológica marxista-leninista, dando fortes indícios, na ótica dos soviéticos, de uma possível aproximação ao Ocidente, e que tão logo viesse a consolidar o seu poder, podia eventualmente celebrar um pacto com a UNITA, aliada histórica dos EUA. Além disso, os soviéticos passaram a olhar para Nito Alves como quem melhor representava os seus interesses em Angola, e que pelo seu carisma e impetuosidade seria um bom concorrente à Jonas Malheiro Savimbi. Daí lhe ter sido reservado os privilégios de chefe do partido, ao ponto de colocar o seu retrato na galeria dos chefes revolucionários “amigos” do Kremlin, em vez de Agostinho Neto.

Prosseguindo os seus intentos, no dia 27 de maio, Nito Alves, Zé Van-Dúnem e seus seguidores meteram em marcha um plano que, apesar de ter tido Nito à cabeça, a sua concepção deveu-se à companheira de Zé Van-Dúnem, Sita Maria Dias Van-Dúnem «Sita Valles⁵», militante do Partido Comunista Português (PCP). O referido plano consistia em sair à rua em direção ao palácio presidencial, para pressionar o presidente Agostinho Neto a pôr fim ao rumo ideológico que o MPLA estava tomando, e forçar um rápido retorno à linha marxista-leninista ortodoxa, ao invés da maoísta que se estava a seguir. Ao mesmo tempo, e numa ação concertada, um grupo de “nitistas”, com veículos blindados da 9.^a Brigada arrombaram as portas da prisão de São Paulo e libertaram centenas de homens. Pouco depois, a emissora estatal, Rádio Nacional de Angola, era tomada pelos golpistas, mas rapidamente os cubanos retomaram o seu controle e devolveram-no ao governo.

No dia seguinte à instalação da crise em Luanda, num claro exemplo dos atos de extrema barbaridade que acompanharam a intentona de Maio de 1977, foram achados no interior de vários veículos os corpos carbonizados de dirigentes do MPLA, todos eles membros do Comitê Central do partido, que tinham sido dados como desaparecidos, nomeadamente, Eugênio Veríssimo da Costa (Nzagi), Paulo da Silva Mungungu (Dangereux), o Major Saydi Vieira Dias Mingas, então Ministro das Finanças, e os Comandantes Eurico Manuel Correia Gonçalves, e José Manuel Paiva (Bala), tendo sido os dois últimos, membros do Estado Maior-General das

⁵ Uma angolana de origem goesa/portuguesa com estreitas ligações ao PCP, do qual era militante, responsável da União dos Estudantes Comunistas e que também desejava um aprofundamento da relação com o MPLA e o PCUS. A ideia era instigar um golpe militar para radicalizar mais o Governo e torná-lo, dessa forma, incondicionalmente subordinado a Moscou (RAMOS, 2018, p. 318).

FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), braço armado do MPLA e do Conselho da Revolução (MARQUES, 2012).

Esses assassinatos constituíram-se na “gota d’água” que fez jorrar o “copo da ira” de Neto contra os “fracionistas”. Foi assim que, na sua terceira comunicação ao partido e ao país, no contexto da sua resposta à “sublevação nitista”, o líder do MPLA asseverou que daí em diante já não se perderiam mais tempo com julgamentos, mas seria realizada uma justiça rápida conforme a lei revolucionária. Como resultado desta comunicação de Neto, começaram em Luanda e em quase todas as capitais provinciais uma autêntica “caça às bruxas”, sendo que não foram poupadas crianças, nem mulheres nas matanças que se seguiram. Na perspectiva de Marques (2012, p. 87) “embora não exista um levantamento oficial sobre o número de mortos na repressão ao 27 de maio, as estimativas são assustadoras, variando entre 20 mil a 80 mil mortos”. De fato, a questão relacionada ao número de vítimas mortais, resultantes da insurreição falhada de 27 de maio de 1977, continua a ser objeto de uma batalha de números, que varia segundo as antipatias ou simpatias dos autores que se dedicam ao estudo do “fracionismo”. Sobre este assunto, Mabeko-Tali (2023), assevera que:

Para a Fundação 27 de Maio (criada pelos sobreviventes e vítimas do 27 de Maio de 1977), por exemplo, o número de vítimas atingiria os oitenta e dois mil; enquanto para os líderes do PRD (Partido Renovador Democrático, criado por Luís dos Passos, outro grande sobrevivente do 27 de Maio), teria havido no total trinta e duas mil vítimas. O falecido general Henrique *Iko* Carreira, ministro da Defesa à altura dos factos, escreverá mais tarde que no total e no máximo teria havido duzentos mortos. A Amnistia Internacional, no seu relatório de 1982 sobre Angola, ou seja, ainda cinco anos depois, falava prudentemente de «milhares de pessoas» (MABEKO-TALI, 2023, p. 114-115).

Quando o golpe fracassou, Nito Alves temendo pela sua segurança refugiou-se na Embaixada da URSS, em Luanda. No entanto, Cuba solicitou a sua entrega e concomitantemente devolve-o à Agostinho Neto, que reservou à Nito e seus companheiros uma morte cruel. Fala-se das circunstâncias horríveis em que morreu Sita Valles, que de acordo um artigo de opinião intitulado “Para além da morte trágica de Sita Valles”, da autoria do jornalista português José Manuel Fernandes, publicado no Jornal *O Público*⁶, na edição de 10 de Setembro de 2010, ela foi torturada, violada e executada com vários tiros destinados a provocar sofrimento antes de sucumbir. Segundo testemunhos, avança o referido jornalista, Sita portou-se de forma corajosa e enfrentou os torcionários.

⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/09/10/jornal/para-alem-da-morte-tragica-de-sita-valles-20166187>, consultado: 5 de dezembro de 2023.

Como era de se esperar, o apoio de Cuba ao MPLA afetou negativamente a relação entre os dois Estados, e de acordo com Guedes (2004, p. 114), “o Primeiro-Secretário da Embaixada soviética em Luanda reputadamente suicidou-se quando os cubanos decidiram apoiar Agostinho Neto. A tensão nas relações bilaterais manteve-se durante algum tempo”. Depois dos fatos aqui arrolados, não será decerto necessário detalhar com muito mais minúcia que o 27 de Maio de 1977 representa um dos episódios marcadamente mais traumáticos na história contemporânea de Angola. Este trágico evento evoca as falhas tectônicas das frágeis fundações e das fortes contradições internas do MPLA. Serviu de pretexto ao tipo de poder que veio a ser edificado e exercido sobre a sociedade angolana, e ajuda a compreender como a partir daquele trágico ano, se encerraram as mentes dos angolanos em pesadas e disciplinantes cortinas de medo e silêncio (RAMOS, 2018).

Passados quarenta e sete anos da “crise nitista”, e não obstante as tentativas de relegar ao esquecimento “forçado” as memórias daquele fatídico evento, a verdade, porém, é que poucos angolanos se esqueceram, de fato, da onda de matança massiva que assolou Luanda e outras cidades de Angola, depois de Nito Alves e seus companheiros terem tentado assumir o poder pela força naquele trágico ano (MAIER, 1996, tradução nossa). Apesar da dor que as lembranças dos assassinatos do “27 de Maio de 1977” suscitavam, e ainda suscitam, os sobreviventes e familiares das vítimas resistiram a todas as formas de silenciamento, e lutaram sempre para que estas memórias permanecessem vivas. Aliás, conforme asseverou Candau (2011, p. 127) ao discorrer sobre direito, dever e necessidade de memória: “Inimigo da memória, o esquecimento, [...] impõe-se sempre sobre as lembranças. Se nossa mente é porosa para o esquecimento, é sem dúvida porque encontra ali um abrigo, pois o esquecimento, tranquilizador como o vinho de Helena, pode acalmar a dor [...]”. Importa destacar que os sobreviventes e familiares das vítimas escolheram a dor da lembrança em vez da falsa sensação de alívio decorrente do esquecimento.

Hoje, com a abertura política que o país vai registrando, abre-se a possibilidade dum fértil debate que possa trazer luz às “zonas cinzentas” que ainda fazem sombra sobre as narrativas que se vão desenvolvendo à volta do “27 de Maio de 1977”. E muito disso deve-se ao fato de aquele evento ter sido colocado durante décadas nas “masmorras” do silêncio institucionalizado em Angola. No entanto, a morte do presidente José Eduardo dos Santos, o “afinador de silêncios”, em 2022, foi um grande golpe ao resgate das memórias daquele evento, pois foi justamente à ele que em 1976 foi dada a responsabilidade de investigar o “fracionismo” por meio da Comissão de Inquérito constituída para o efeito.

Infelizmente, nunca se chegou a divulgar ou revelar, publicamente, os resultados do trabalho feito pela aludida Comissão, pois dos Santos remeteu-se de tal modo ao silêncio que

nem mesmo quando esteve às portas da *tumba* soltou o verbo. Em virtude do interesse que este assunto suscita para as gerações mais jovens, não é de estranhar as tentativas pouco sérias e nada rigorosas, do ponto de vista historiográfico, que vão emergindo no espaço acadêmico angolano que objetivam (re) escrever sobre os temas mais sensíveis da História recente de Angola, tomando como fonte o espírito do falecido presidente dos Santos, entretanto acedido por via da psicografia. Assim, antes que mais “bibliotecas vivas se queimem”, é fundamental que se lute contra toda política de esquecimento, abrindo-se os arquivos, desclassificando-se alguns documentos *top secret* e quebrando-se os silêncios instalados e institucionalizados à volta de muitos assuntos que fazem a pauta dos principais debates sobre temas sensíveis da História recente de Angola, tal como o 27 de Maio de 1977, já que muitos dos seus intervenientes diretos são ainda “uns aí”. Um outro evento traumático que está na base da atual demanda memorialística angolana, e que merece aqui referência, é a violência que se seguiu às eleições gerais de 1992, que na ótica de Guebe (2019, p. 138) “[...] representou, igualmente, o momento mais dramático da história de Angola”.

A violência pós-eleitoral de 1992

Como resultado dos bons entendimentos alcançados com as assinaturas dos Acordos de Bicesse em maio de 1991, criaram-se condições para que Angola fosse à votos em setembro do ano seguinte, naquelas que foram as primeiras eleições multipartidárias do país. No entanto, contrariando as expectativas depositadas pelos angolanos naquele processo, no *day after* do pleito eleitoral de 1992, Angola viu-se novamente mergulhada num “mar de sangue” que vitimou milhares de angolanos, quer nas zonas controladas pelo governo como naquelas que estavam sob domínio da UNITA. E como consequência, para os angolanos, as eleições que tinham como mote introduzir no país um sistema político plural e conduzi-lo ao viés da economia de mercado, infelizmente, tal como veremos a seguir, estas conduziram-no à mais um ciclo de violência que adiou o seu desenvolvimento e a tão almejada paz entre irmãos e filhos da mesma pátria.

Efetivamente, tal foi a amplitude da violência que se seguiu ao pleito eleitoral de 1992 que os seus efeitos dramáticos atingiram todas as regiões do país, com principal incidência nalgumas capitais provinciais em que centenas de milhares de indivíduos perderam a vida, tendo muitos destes sido mortos devido às conotações de natureza étnico-partidárias. Em bom rigor, o massacre começou a 31 de outubro de 1992, em Luanda. E segundo Correia (1996, p. 39):

Em 31 de Outubro de 1992, quando a UNITA controlava já mais de setenta municípios e ocupava posições militares em oito das dezoito províncias,

rebetam os confrontos de Luanda. O governo compensa a inferioridade militar, recorrendo à arma que já em 1975 tinha salvo o MPLA, a defesa popular. Só que a defesa popular é de difícil controlo e por isso mesmo cruel e vingativa. O ódio contra a UNITA, pela arrogância e a violência verbal dos seus dirigentes, pelos permanentes incidentes armados, pela sabotagem da esperança de paz e da primeira experiência eleitoral, tornara-se irreprimível.

Vale dar nota que, perdida a batalha da capital do país, as forças político-militares da UNITA tentaram deixar Luanda no primeiro dia do mês de novembro, com o intuito de chegar em Caxito, no Bengo, em colunas armadas. A viatura que escoltava os dirigentes foi interceptada logo à saída da cidade e no combate travado morreram Jeremias Chitunda, na altura vice-presidente da UNITA, Adolosi Mango Paulo Alicerces, Secretário-geral da UNITA e Chefe da delegação da UNITA para as conversações com o Governo, bem como Elias Salupeto Pena. Em apenas três dias, foram assassinados com requinte de violência, milhares de apoiantes e dirigentes da UNITA e da FNLA, sendo a grande maioria destes pertencentes aos Ovimbundo e Bakongo. Aliás, como já foi dito, a “etnização da política”, ou seja, a conotação ou associação de um indivíduo a um determinado partido político em função da sua origem “dita” étnica, rendeu em Angola muitas vítimas mortais no período que se seguiu às eleições de 1992.

No entanto, é interessante perceber que a dimensão étnica dos assassinatos decorrentes das eleições de 1992, em Angola, é um tema que ainda hoje divide a opinião de muitos estudiosos, abrindo-se espaços para verdadeiras “guerras de narrativas” onde, via de regra, as posições tomadas, essencialmente normativas e marcadamente subjetivas, dependem mais da simpatia ou antipatia do indivíduo em relação ao MPLA ou à UNITA, silenciando as vozes contrárias às duas posições. Um dos exemplos flagrantes desta guerra de narrativas, relacionadas à dimensão étnica da violência que se seguiu às eleições de 1992, pode ser aferido nas palavras de Correia (1996, p. 41), que declarou:

Para desviar as atenções da recusa dos resultados eleitorais a UNITA foca-as numa pseudo campanha de genocídio étnico do MPLA contra os ovimbundo [...]. Aproveitava oportunisticamente a questão das “limpezas étnicas”, muito sensível com a assiduidade de imagens da ex-Jugoslávia, mas que, vinda de Savimbi, tinha todo o condimento de uma grosseira hipocrisia, pois era ele quem sujeitava então os ovimbundo do planalto aos impiedosos cercos no Huambo e no Cuito onde, reduzidos à mais desumana miséria, morriam aos milhares, e donde, quando podiam, fugiam para os campos de refugiados protegidos pelo governo.

Portanto, ocorre que, a UNITA sempre acusou o governo suportado pelo MPLA de uma possível limpeza étnica no contexto pós-eleitoral de 1992, mas esta mesma leitura também tem sido feita por indivíduos que aparentemente sejam verdadeiros *outsiders* em matérias político-

partidárias, assumindo, desde logo, posições mais objetivas, sem laivos de militância intelectual ao serviço de agendas que não coincidem com a verdade material dos fatos ocorridos naquele contexto. Aliás, um desses estudiosos é Ramos (2018, p. 615), que sobre o assunto asseverou:

Entre 22 e 24 de Janeiro de 1993, nas zonas residenciais segregadas da capital angolana - Palanca, Mobor, Petrangol, Rocha Pinto e Roque Santeiro -, dava-se uma limpeza étnica, dirigida contra angolanos de origem étnica bakongo, oriundos das províncias do Uíge e Zaire, a pretexto de que o Zaire ajudava as forças da UNITA e que estava em preparação uma incursão das suas tropas, provenientes do Huambo e do Soyo, para assassinar o Presidente José Eduardo dos Santos. Este acontecimento ficava amplamente conhecido como «Sexta-feira Sangrenta», saldando-se em vários cidadãos bakongo mortos e outros detidos.

Um outro pesquisador que reconheceu a dimensão étnica no conflito político-militar angolano, fundamentalmente o que seguiu-se ao pleito eleitoral de 1992, foi o sociólogo angolano Vieira (2007, p. 177), que afirmou: “A animosidade de uns sobre outros atingiu proporções alarmantes, pois, tal é a dimensão do conflito que a componente étnica, pode argumentar-se, esteve sempre presente pondo em causa a consolidação da nação em construção e da unidade entre os angolanos. Contudo, a questão étnica é quase sempre afastada do conflito angolano [...]”. Finalmente importa trazer para esta reflexão o ilustre Antropólogo Ruy Duarte de Carvalho (1997, p. 26), cujas asserções transitam sempre na fronteira entre a política e a poética, mas com a precisão de um estudioso atento, que ao discorrer sobre a questão étnica presente nos processos políticos angolanos questionou: “Como arredar a componente étnica do nosso próprio problema nacional se as próprias formações políticas nacionais em presença, não uma mas todas, se foram etnicizando ao longo da sua existência soberana ou rebelde, ou a partir da sua emergência, quanto às mais recentes?”

Tal como refere Gagnebin (2006), lutar contra o esquecimento e a denegação é uma tarefa altamente política, mas também ética, constituindo-se igualmente numa luta contra a repetição do horror. Assim, vale reforçar que, ainda que não houvesse qualquer historiador de profissão que afirmasse a existência de motivações étnicas nos assassinatos de 1992, não tornaria inverídica a opinião de muitos indivíduos que dizem terem perdido familiares naquele trágico ano em razão da sua pertença étnica. Portanto, como disse Ricouer (2014, p. 507), “não é mais dos historiadores que depende o sentido presumido da história, mas do cidadão que dá uma sequência aos acontecimentos do passado”.

De volta aos assassinatos por motivações étnico-partidárias no contexto posterior as eleições angolanas de 1992, destaca-se a região do extremo sul do país, particularmente o município do Tômbwa, na província do Namibe, onde centenas de indivíduos do grupo

ovimbundo, todos eles civis, foram brutalmente mortos no dia 5 de Janeiro de 1993, por suposta filiação à UNITA, apesar de, em razão da sua condição, do ponto de vista militar, não representarem qualquer perigo ao poder instituído naquela circunscrição territorial. Foram os casos dos cidadãos Pedro Tchindjamba, então Delegado Municipal das Finanças, e seu adjunto, o senhor Santos; Daniel Ngulawa, empresário ligado ao agronegócio, com empreendimentos na comuna do Pinda; Marcolino Luciano, enfermeiro; Pedro Caheque, funcionário da Identificação; os senhores Verdete, funcionário do Ministério das Pescas, Albino Tchingalule, Professor, Pedro Mosso, então Diretor da Escola do II e III Níveis “Fidel Castro”; Justino, funcionário da Capitania, Feliciano, oficial da Polícia Nacional, e muitos outros. Com exceção do senhor Santos, natural de Malanje, todas as vítimas citadas eram de origem ovimbundo.

No entanto, em boa verdade, vale frisar que, depois de tudo que deixou-se dito até aqui, qualquer tentativa de negação da dimensão étnica nos assassinatos que ocorreram um pouco por todo país como resultado da violência que seguiu-se ao período eleitoral de 1992, particularmente em Luanda e no município do Tômbwa, província do Namibe, pode revelar-se contraproducente e inócua ao bom entendimento sobre os graves contornos que a questão étnica assumiu naquele pleito eleitoral, pois nas localidades já citadas os assassinatos foram premeditados, meticulosamente orquestrados, malgrado não saber-se até hoje de onde terá vindo a ordem de comando, mas o que é fato é que, salvo raras exceções, as vítimas tiveram essencialmente como substrato identitário a sua pertença ou origem étnica, sempre associada à sua suposta militância ou simpatia política à FNLA e/ou à UNITA.

À bem da verdade, cumpre igualmente referir que, em Angola, principalmente nas zonas controladas pelo Estado, se por um lado, a violência pós-eleitoral de 1992 foi protagonizada pelas Forças de Defesa e Segurança do Estado (FDSE), uma outra faceta desta violência teve como ente promotor e executor a UNITA, igualmente nas zonas sob seu domínio. Paradoxalmente, foi justamente nas províncias do Huambo e Bié, onde Savimbi e a UNITA obtiveram uma esmagadora vitória naquelas eleições, onde foi mais sentida a violenta fúria que o partido do “Galo Negro” fez cair sobre o povo indefeso, pela imposição de um apertado cerco, acompanhado de sequestros, assassinatos e outras formas de violação dos mais elementares direitos humanos, fundamentalmente dos militantes, amigos e simpatizantes do MPLA. O sofrimento da população do Huambo culminou apenas quando as forças governamentais expulsaram a UNITA e colocaram termo ao cerco, pois segundo afirmações de Ramos (2018, p. 611):

A UNITA, no entanto, ia ganhando vantagens no campo de batalha. Em Janeiro de 1993 intensificava a sua campanha militar e procurava cortar as fontes de

divisas do Governo. A 10 de Janeiro, dava-se o inevitável: a generalização do conflito dentro da cidade do Huambo, com as forças governamentais e a Polícia antimotim a atacarem posições contrárias, com o intuito de reporem a lei e a ordem, conquistando alguns pontos ocupados pela UNITA. Inclusive a «Casa Branca», a residência então oficial de Jonas Savimbi, era bombardeada.

Portanto, ficou assim demonstrado que no caso de Angola, a transição à democracia foi um processo acompanhado por acontecimentos trágicos que até hoje suscitam memórias traumáticas; estas que até alguns anos atrás eram obliteradas por razões meramente políticas. E esta política de silenciamento que o Estado angolano durante muito tempo adotou em relação, por exemplo, às memórias das vítimas do “27 de Maio de 1977”, e das centenas⁷ de indivíduos das etnias Bakongo e Ovimbundo, mortos no *day after* das primeiras eleições multipartidárias de 1992, começou a ser abandonada logo após a ascensão do atual presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, tal como veremos no tópico a seguir.

O caráter instrumental da CIVICOP e a farsa em torno do processo de reconciliação nacional

Com o calar das armas, em 2002, Angola conquistou a paz militar, e desde então, o país tem feito um desafiador caminho de reconstrução pós-conflito, tendo começado pelo reassentamento das populações deslocadas, repatriamento dos refugiados, desminagem de antigas zonas de combate, reabilitação e construção de raiz da malha rodoviária e ferroviária, de pontes, indústrias, hospitais, escolas e outras infraestruturas econômicas e sociais com o fito de melhorar as condições de vida das populações, e “apagar” as imagens visíveis do passado traumático de guerra civil. No entanto, se por um lado, há um inequívoco esforço continuado de edificar um novo país, continua atirada para as “calendas gregas” o sonho de construção de um país novo, pois as políticas de reconstrução pós-bélica do Governo angolano, eufemisticamente designadas “políticas de betão”, inicialmente priorizaram a dimensão física e infraestrutural do país, em detrimento da dimensão psicológica e espiritual do tecido humano angolano.

Com alguma atenção, percebe-se que até seis anos atrás, vigorava em Angola o que se pode designar de omissão trágica estatal em relação às memórias traumáticas dos conflitos políticos ocorridos entre 1975 e 2002, com destaque para o “27 de Maio de 1977” e a violência pós-eleitoral de 1992. Não havia em Angola uma política clara de gestão das memórias sensíveis

⁷ Até hoje, não se consegue precisar o número exato de indivíduos assassinados durante aquele período, sendo que, a dificuldade em determinar-se a quantidade de vítimas fica ainda mais agravada porque, transcorridos mais de trinta anos após aqueles eventos, nunca houve um pronunciamento oficial das autoridades governamentais angolanas sobre o assunto.

da História recente do país. No entanto, se até 2017 o silêncio estatal à volta das memórias dos conflitos políticos angolanos era ensurdecedoramente ruidoso, e antes daquele ano o Estado angolano nunca tinha assumido oficial e publicamente o ônus da sua responsabilidade enquanto “progenitor” da violência fecundadora que gerou muitas das memórias traumáticas, cujas cicatrizes neurais ainda hoje perturbam a consciência histórica angolana, a situação registrou uma volta-face quando, no ano já aludido, João Lourenço foi eleito presidente da República.

E visto que no ato da sua investidura como Chefe de Estado, este assumiu-se como um verdadeiro reformador. O país registrou alguma abertura política que permitiu que eventos traumáticos passassem a ter desdobramentos mais amplos e atingir diferentes segmentos sociais, como os assassinatos do “27 de Maio de 1997”, e os que resultaram da violência pós-eleitoral de 1992, que até então eram tidos como tabu e a sua análise e discussões restritas à espaços fechados. É como se João Lourenço tivesse percebido que para fortalecer e consolidar a paz em Angola era preciso fazer a guerra. Mas era uma guerra contra o esquecimento, contra o luto prolongado e o trauma, enfim, uma guerra contra os modos como até aquele ano se pensavam e contavam tais eventos traumáticos.

Desde então, o país começou a viver o que Vecchi (2018 apud Ribeiro, 2020, p. 76), chama de um “tempo de trânsito”, pois o atual presidente, movido por aquilo que designou de imperativo político e cívico do Estado, com o fito de assegurar a paz espiritual da sociedade em face os episódios do passado que podem minar a convivência nacional, perturbar a unidade e o sentimento de fraternidade entre os angolanos no presente, bem como comprometer o processo de reconciliação nacional em curso no país, no dia 26 de abril de 2019 criou por Despacho Presidencial a CIVICOP com o fito de executar o plano de reconciliação em memória das vítimas dos conflitos políticos angolanos ocorridos, como já se disse, entre 1975 e 2002, cujo princípio basilar é “abraçar e perdoar”.

Ainda no quadro da sua política de reconciliação nacional, João Lourenço não ficou por este ato formal. Foi o primeiro estadista angolano a quebrar o longo silêncio e proferir um pedido de desculpa público, mais de quarenta anos após os assassinatos do “27 de Maio de 1977”. Numa mensagem dirigida à Nação, no dia 26 de maio de 2021, justamente às vésperas da celebração da data em que milhares de angolanos em todo país, inclusive inocentes, foram mortos devido uma tentativa frustrada de golpe de Estado que teve como cabeça Nito Alves, o presidente angolano, disse que a hora não era de se apontar o dedo e procurar culpados, mas que importava sim que cada um assumisse as suas responsabilidades na parte que lhe cabe. Segundo escreveu o

jornalista do *Jornal de Angola Online*⁸, Xavier António (2021, s/p), na ocasião, João Lourenço, dirigindo-se aos angolanos declarou:

Vimos juntos das vítimas dos conflitos e dos angolanos no geral pedir humildemente em nome do Estado angolano, as nossas desculpas públicas e o perdão pelo grande mal que foram as execuções sumárias naquela altura e naquelas circunstâncias. O nosso pedido de desculpas e de perdão não se resume em simples palavras. Ele reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim a angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo por falta de informação sobre o destino dado aos seus ente-queridos.

Sendo certo que as memórias traumáticas algumas vezes são instrumentalizadas para fins políticos, visto serem estas terreno fértil para a eclosão das “guerras de narrativas” sobre os eventos sensíveis dum determinado país, visando colocar a História ao serviço de quem detém ou almeja o exercício do poder político, o presidente angolano, fazendo jus ao postulado de Ricouer (2014, p. 507), segundo o qual “[...] a prosa política começa onde termina a vingança, sob pena de a história permanecer enclausurada na mortal alternância entre o ódio eterno e a memória esquecida”, na oportunidade da sua mensagem à Nação, encorajou outros atores que participaram nos conflitos políticos angolanos a terem o mesmo procedimento. De acordo o artigo do jornalista Manuel Luamba (2021, s/p), publicado na página principal da *Deutsche Welle*⁹, João Lourenço asseverou:

Este povo heróico e generoso que já deu provas de saber perdoar merece ouvir igualmente de quem tem a responsabilidade de o fazer, um pedido público de desculpas e de perdão pelas almas de Tito Chingunji, de Wilson dos Santos e respetivas famílias, das valentes mulheres das figuras da Jamba, dos passageiros do comboio do Zenza do Itombe, dos mártires da cidade do Cuito-Bié, do Huambo e de outros não citados aqui.

Efetivamente não é necessário fazer-se acrobacias intelectuais para perceber que as palavras de João Lourenço foram dirigidas diretamente ao partido UNITA, este que tal como dissemos anteriormente, é um outro principal interveniente nos processos político-militares mais sensíveis e dramáticos da História recente de Angola. No entanto, em reação ao recado do presidente angolano e líder máximo do MPLA, Eugénio Manuvakola, figura histórica da UNITA, disse não ser da competência do Presidente da República falar sobre os passivos do seu partido. Contudo, classificou a declaração de João Lourenço de "soberana e sublime", tendo

⁸ Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/joao-lourenco-pede-desculpas-as-vitimas-dos-conflitos-politicos-em-angola/>. Acesso em: 20 Out. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-pede-desculpas-pelo-27-de-maio-em-nome-do-estado-angolano/a-57676681>. Acesso em: 3 Out. 2023.

lembrado que há outras vítimas que devem ser incluídas no processo levado a cabo no âmbito da CIVICOP.

É verdade que em Angola, nos últimos cinco anos, o tom das reivindicações memorialísticas que visam pressionar a UNITA a quebrar o silêncio, e pronunciar-se publicamente em relação às atrocidades cometidas durante a guerra civil angolana têm aumentado substancialmente. E estas não se confinam às organizações político-partidárias, tais reivindicações têm surgindo igualmente dos mais variados setores da sociedade civil. Foi neste sentido que em 2019, a advogada e atualmente deputada à Assembleia Nacional, Florbela Catarina Malaquias publicou um livro intitulado “Heroínas da Dignidade I- Memórias de Guerra”, onde faz uma distinta homenagem às mulheres sofridas da Jamba, antigo bastião da UNITA durante a guerra civil angolana.

De acordo com informações veiculadas no *site* de notícias Club-K¹⁰ (2019), no ato de apresentação pública da referida obra, a autora sublinhou que o livro é um testemunho escrito, alinhado para a reconstrução de memórias históricas, trazendo ao de cima a verdade, buscando a reparação coletiva e individual e augurando a garantia da sua não repetição. Segundo Bela Malaquias, a memória histórica cumpre um papel preponderante na reparação de danos pessoais e coletivos, pois o conhecimento do sucedido restabelece os direitos fundamentais, além da sua outra dimensão de um espaço propício para a realização de luto, uma oportunidade para restabelecer os vínculos sociais e um horizonte para a reconstrução daquilo que foi perdido.¹¹

Vale dar nota que, diferente do que ocorreu em outros países africanos que viveram igualmente eventos de extrema violência, e diga-se *en passant*, violência institucionalizada, como foi o caso do Ruanda, onde foram constituídos os tribunais comunitários designados *Gacaca*,¹² e a África do Sul, que criou em 1995 a Comissão de Verdade e Reconciliação, pela

¹⁰ Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=38382:livro-heroinas-da-dignidade-homenageia-mulheres-queimadas-vivas-na-jamba&catid=2&lang=pt&Itemid=1069. Acesso em: 17 out. 2023.

¹¹ Uma delegação da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP) localizou, no dia 3 de agosto de 2023, na Jamba, antigo bastião de Jonas Savimbi, duas valas comuns com restos mortais de membros da UNITA. A delegação foi encabeçada pelo coordenador da subcomissão de Segurança, Logística e Infra-estruturas da CIVICOP, Fernando Garcia Miala, e integrou técnicos do subgrupo médico forense, responsáveis pela localização e inumação, e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP). De acordo com o coordenador da CAVICOP, Israel Nambi, a atividade é sequência de outras já realizadas noutras localidades, a pedido das famílias, para localizar as ossadas dos seus parentes mortos, e insere-se no processo de reconciliação nacional. Para o subgrupo médico forense, será um trabalho com um certo grau de sensibilidade, tendo em conta o fato de a maior parte dos corpos ter sido carbonizado em fogueiras. *Jornal de Angola*. (04 de agosto de 2023). Identificadas duas valas comuns na Jamba com restos mortais. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/identificadas-duas-valas-comuns-na-jamba-com-restos-mortais/>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹² *Gacaca*, que na língua Kinyarwanda significa “Justiça na relva”, é a designação atribuída aos tribunais comunitários, criados para julgar os crimes cometidos durante o genocídio ruandês de 1994, no qual milhares de indivíduos tutsi e hutu moderados foram brutalmente assassinados. A finalidade destes tribunais não era o de vingar

Lei de Promoção da Unidade de Reconciliação Nacional, e teve como objetivo principal investigar e registrar os casos mais graves de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1960 e 1994, em Angola, o processo de reconstrução e reconciliação nacional não tem contemplado esta dimensão da justiça restaurativa.

Importa sublinhar que, nos dois casos, a comunidade desempenhou um papel ativo no processo de aproximação e reconciliação entre as vítimas, ou seus familiares, e os protagonistas dos atos de violência. Ao contrário, em Angola, em nosso humilde entender, uma das principais fraquezas das políticas de reconciliação nacional que têm vindo a ser levadas a cabo no âmbito do programa coordenado pela CIVICOP, consubstanciado essencialmente na exumação de restos mortais dos principais sujeitos e figuras dos processos políticos ocorridos em Angola entre 1975 e 2002, bem como na realização de cerimônias fúnebres oficiais e entrega de certidões de óbito aos familiares, reside no seu caráter elitista e extremamente politizado.

Destarte, seria interessante questionar, por que razão, nos últimos tempos, a CIVICOP desviou-se dos nobres objetivos que estiveram na base da sua criação? A resposta à essa pergunta pode ser inferida da situação política e social prevalecente no país. Ocorre que quando o presidente João Lourenço ascendeu à presidência da República, criou-se muitas expectativas em relação às mudanças que passou a introduzir no país, desde logo, o combate à corrupção, ao nepotismo, desvio do erário público e de outros males que ainda hoje atrasam o desenvolvimento econômico de Angola, em relação aos quais há muito os angolanos ansiavam ver eliminados. No entanto, desde finais do terceiro ano do seu primeiro mandato, a situação econômica e social do país foi se agravando, resultando na diminuição da popularidade e base de apoio ao MPLA e ao presidente João Lourenço.

Em resposta, e num momento em que o país político tinha as atenções altamente viradas para o processo de preparação das eleições gerais de 2022, numa clara estratégia de distração política e tentativa de criação dum clima de otimismo social que estimulasse uma participação massiva ao pleito eleitoral, e que influenciasse o sentido ou tendência do voto ao partido da “reconciliação”, a Televisão Pública de Angola (TPA) passou a apresentar uma série de reportagens sobre os trabalhos da CIVICOP, tendo sido apresentada numa dessas reportagens a cerimônia de entrega das ossadas de Alves Bernardo Baptista, “Nito Alves”; Jacob João Caetano, “Monstro Imortal”; Arsénio Lourenço Mesquita, “Sihanouk” e Ilídio Ramalhete, figuras de proa da intentona do “27 de Maio de 1977”, para dar-lhes um enterro condigno, num ato que mereceu ampla cobertura midiática.

as atrocidades cometidas durante aquele trágico evento da história recente ruandesa, mas a reparação e restauração comunitária (REYNTJENS, 1990, apud RETTIG, 2008, p. 30).

E sendo a realização do luto pelos familiares das vítimas do “27 de Maio de 1977”, e da violência pós-eleitoral de 1992, uma das linhas de forças do Plano de Reconciliação do governo angolano no âmbito da CIVICOP, esta, como resultado do trabalho conjunto da equipe de médicos forenses, e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP), conseguiram restituir as ossadas e proceder à entrega dos certificados de óbito de muitas vítimas às respectivas famílias, com o fito de pôr fim à dor e o pesar decorrentes do longo luto vivenciado por muitos e dolorosos anos. No dia 15 de novembro de 2023, a CIVICOP homenageou igualmente o general do exército Eduardo Ernesto Gomes “Bakalof”, cujos restos mortais foram entregues à família que lhe deu o digno sepultamento numa cerimônia que mereceu honras de Estado.

Em todas as cerimônias de entrega das ossadas das vítimas, pelas imagens televisivas, foi possível observar aquilo que Bahu (2020) chama de choro ritual, que claramente teve um efeito purificador para as famílias que viveram um longo e doloroso luto. Realçando a presença do corpo do defunto como uma peça extremamente importante para a operacionalização de todo “xadrez ritualístico” à volta da elaboração do luto em contexto cultural bantu, o antropólogo ora citado assevera que, o corpo inerte (cadáver) é o princípio e o fim de toda a conjuntura ritual que se realiza em contexto de luto. E o seu sepultamento, para além de ser o ponto mais alto da concretização ritual, o seu não cumprimento, no quadro da elaboração do luto, pode degenerar em mal-estar, angústias e receios permanentes.

Para o bantu, refere Bahu (2020), o não enterro ou sepultamento dos defuntos é a pior forma de perenizar a dor e o luto decorrentes da perda de um ente querido. Sem o corpo do defunto, os familiares ficam sem a oportunidade de despedirem-se dos seus entes queridos, e isso naturalmente ocasiona o que o autor designa de amputação ritual do luto. Portanto, visto que o fim último do plano de reconciliação em memória das vítimas dos conflitos políticos angolanos é consolidar o processo de reconciliação em curso no país, por tudo quanto deixou-se dito até aqui, pode-se facilmente perceber a importância da CIVICOP para o alcance deste desiderato; porém, existem muitos desafios a serem ultrapassados, e grandes falhas que devem ser urgentemente corrigidas nesse processo, para que efetivamente a CIVICOP possa ser um verdadeiro instrumento para curar as “feridas” causadas pela violência dos processos políticos que ocorreram em Angola entre 1975 e 2002.

Infelizmente, um duro golpe à credibilidade da CIVICOP deu-se quando testes independentes de DNA feitos, a posterior, pelas famílias das vítimas, viera a dar como provado que as referidas ossadas não eram dos seus familiares. Ato contínuo, em mais um exemplo da descredibilidade da CIVICOP, do seu “sequestro” e manipulação ou instrumentalização política,

foi evidenciado através duma outra reportagem da TPA que informava a localização, no dia 3 de agosto de 2023, na Jamba, antigo bastião de Jonas Savimbi, de duas valas comuns com restos mortais de supostos membros da UNITA. A delegação foi encabeçada pelo coordenador da subcomissão de Segurança, Logística e Infra-estruturas da CIVICOP, Fernando Garcia Miala, chefe do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE), e integrou técnicos do subgrupo médico forense, localização e inumação e da Comissão de Averiguação e Certificação de Óbitos das Vítimas dos Conflitos Políticos (CAVICOP).

Ocorre que, nos últimos tempos, a imagem do coordenador da CIVICOP, o atual Ministro da Justiça, Marcy Lopes, tinha sido completamente “invisibilizada”, tendo sido destacada a do chefe do SINSE, General Fernando Garcia Miala, e isto alimentou ainda mais as suspeições lançadas à volta da CIVICOP. A crítica da UNITA, de alguns analistas e estudiosos *outsiders* da política nacional sobre o “sequestro” da CIVICOP, tornou-se ainda mais contundente quando a TPA voltou a difundir uma reportagem segundo a qual teriam sido encontradas no município do Cuemba, província do Bié, as ossadas que se presume serem de Ana Isabel Paulino Polipossa (mais conhecida por Ana Savimbi), uma das esposas do líder fundador da UNITA, bem como dos Generais Altino Bango Sapalalo “Bock”, António Perestelo Moura “Perestelo”, Armando Júlio “Tarzan” e Antero Vieira, figuras históricas da UNITA, mortos a mando de Savimbi.¹³

A reação da UNITA não se fez demorar, pois de acordo com uma nota do Secretariado Executivo do Comitê Executivo daquele partido, a forma como a CIVICOP exibiu as ossadas de algumas vítimas dos processos internos do partido constitui um autêntico desrespeito pelas famílias, valores e tradições africanas. Esta contestação foi endossada pelo atual presidente da UNITA, o Eng.º Adalberto Costa Júnior, que em conferência de imprensa teceu duras críticas sobre a vigência de uma narrativa fragmentada, parcial, unívoca e tendenciosa da História de Angola, e designou de “golpe de teatro” as últimas ações da CIVICOP, no qual o seu coordenador foi substituído pelo chefe do Serviço de Inteligência (do regime do MPLA), que segundo disse, usa abusivamente o nome da Comissão para, através da TPA expor publicamente os passivos da UNITA.

Prosseguindo, o líder dos “Kwatcha” questionou se, efetivamente, em nome de toda verdade, o Governo pretende exibir na TPA imagens de milhares de valas comuns espalhadas por todo país, vítimas dos fuzilamentos públicos, nos arrepiantes paredões, assim como dos milhares de mortos do 27 de Maio de 1977, do genocídio político e tribalista pós-eleitoral de 1992, da Sexta-feira sangrenta de 1993, das mortes que continuaram a ocorrer após a paz, como as do

Monte Sumi, de Cafunfo, dos fuzilamentos públicos nas manifestações.¹⁴ Ora, tendo em linha de conta o péssimo trabalho que a mídia angolana, particularmente a estatal, tem realizado nos últimos dias em relação ao trabalho da CIVICOP, vale revisitar a interessante reflexão intitulada “O papel da mídia no conflito e na construção da democracia”, publicada a quase vinte anos na obra coletiva coordenada por Guus Meijer, onde as palavras do jornalista e analista político Ismael Mateus (2004, p. 62), ecoam no presente com arrepiante atualidade em face do que está ocorrendo em Angola, quando este asseverou que:

Os órgãos de comunicação social em Angola enfrentam hoje o enorme desafio de se transformarem numa força que trabalha em benefício da democracia e da reconciliação, depois de décadas sendo vistos basicamente como instrumentos de luta político-ideológica e de combate aos inimigos militares.

Efetivamente, ao longo dos vários processos políticos ocorridos em Angola, já mesmo antes de 1975, quando o país conquistava a sua independência, a mídia estatal sempre pautou-se por uma atuação parcial, constituindo-se num veículo de propaganda político-partidária, “arma” de arremesso contra o inimigo habitual e canal de desinformação das populações, pois na ótica de Mateus (2004, p. 62-63):

Uma das facetas mais visíveis do engajamento político dos órgãos de comunicação social foi a linguagem. A Agência de Notícias (Angop), o Jornal de Angola, a Rádio Nacional de Angola e a Televisão Pública de Angola tornaram-se em porta-vozes da retórica política e da agressividade militar contra o inimigo. A instrumentalização político-militar dos órgãos foi a lógica dominante nos 16 anos que se seguiram à independência.

Portanto, transcorridas várias décadas, a mídia estatal continua a fazer jus ao seu caráter servil e instrumental contra os adversários políticos do partido do governo, o MPLA, e no contexto da CIVICOP, tornou-se num autêntico “tribunal” para julgamento público e parcial da UNITA, principalmente do seu líder fundador, Jonas Malheiro Savimbi. E como se não bastassem os vários “espetáculos de horrores” que a TPA tem vindo a oferecer ostensiva e ofensivamente aos angolanos no quadro do trabalho que está a ser realizado pela CIVICOP, apesar das críticas que tem sido feitas pela UNITA e por alguns setores da sociedade civil angolana, uma extensa reportagem de mais de meia hora exibida pela TPA no dia 12 de

¹³ Disponível em: <https://novojornal.co.ao/politica/interior/unita-acusa-governo-de-ter-transformado-a-civicop-em-instrumento-de-luta-politica-e-plataforma-de-julgamento-de-adversarios-como-se-fossem-inimigos-114686.html>. Acesso em: 7 nov. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://novojornal.co.ao/politica/interior/adalberto-costa-junior-quer-outra-plataforma-para-liderar-reconciliacao-nacional-e-honrar-vitimas-dos-conflitos-114729.html>. Acesso em: 19 Out. 2023.

Dezembro de 2023, que começou e terminou com rasgados elogios ao Presidente angolano, João Lourenço, protagonizada pelo jornalista Cabingano Manuel, constituiu-se na “gota de água” que fez jorrar de vez o “copo da paciência” da UNITA, levando o seu presidente a comunicar no dia 21 de Dezembro de 2023 a saída da CIVICOP do maior partido da oposição em Angola.¹⁵

A aludida reportagem, feita numa linguagem parcial, marcadamente hostil e condenatória, fazia referência aos achados dos supostos restos mortais das esposas e filhos de dois altos dirigentes da UNITA. Trata-se de Pedro Ngueve Jonatão Chingunji, mais conhecido por “Tito Chingunji”, que teria sido assassinado aos 35 anos, em 1991; e de Fernando Wilson Fernandes dos Santos, que foi morto, igualmente, em 1991, aos 39 anos, ambos supostamente a mando de Jonas Savimbi. Em algum momento da reportagem o jornalista afirmou que os restos mortais destes altos dirigentes da UNITA foram queimados e triturados, daí que: “[...] para tristeza de todos não será possível a entrega dos restos mortais de Tito Chingunji e Wilson dos Santos. É o fim inesperado de uma história que se pretendia escrita com outro final. Agora resta apenas o conforto de ver os nomes inscritos no futuro memorial que pretende homenagear todas as vítimas dos conflitos políticos do país”.¹⁶

Em reação àquela reportagem, o jornalista e analista político angolano José Gama assevera que, nos conflitos políticos ocorridos em Angola entre 1975 a 2002 tiveram essencialmente três implicados, nomeadamente a FNLA, MPLA e a UNITA, sendo que o primeiro “desapareceu” do teatro militar em 1975. Portanto, o que vigora na CIVICOP é uma clara agenda de desacreditação da UNITA, pois a TPA ao passar reportagens sobre o trabalho da CIVICOP, quando o assunto é sobre os passivos históricos do MPLA, não são identificados mandatários dos assassinatos ocorridos, nem divulgados os lugares onde os restos mortais foram encontrados. No entanto, quando as ossadas são de vítimas da UNITA, a TPA é peremptória em narrar ao detalhe a cena do crime, as identidades, idades, peças de vestuário e outros objetos das vítimas, inclusive sempre atribuindo a sua autoria à Jonas Savimbi o líder da UNITA.¹⁷

Diante deste cenário, e em tom de apelo, Kamwenho (2023, p. 22) avança que:

Angola dos nossos dias clama por uma nova cultura política que vai ao encontro dos anseios mais profundos de todos os filhos e filhas desta terra. Isto

¹⁵ O nosso partido declina a sua participação neste organismo, por ele permanecer refém dos interesses espúrios do regime, como temos observado em diversos eventos e situações ocorridos ultimamente, não servindo assim para os fins que presidiram a sua criação: os da reconciliação nacional e da pacificação dos espíritos em Angola”, disse o presidente do principal partido da oposição em conferência de imprensa nesta quinta-feira, 21, em Luanda. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/unita-abandona-comiss%C3%A3o-de-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-por-estar-ref%C3%A9m-dos-interesses-esp%C3%BArios-do-regime-/7407132.html>. Acesso: 22 dez. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=egwutMEPgVA&t=3051s>. Acesso: 20 dez. 2023.

¹⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MCc8lv9AHJM>: Acesso: 23 dez. 2023

requer uma dinâmica vontade política aberta à dignidade da pessoa humana, à liberdade e à felicidade do povo, sincera abertura ao convívio pluripartidário e humilde disponibilidade para a alternância”. A manutenção do poder jamais servirá de justificativa para o que temos vindo a observar em Angola, no âmbito dos trabalhos da CIVICOP.

Sucedo que, o que se constata hoje em Angola, no âmbito da CIVICOP, é prova bastante de que o atual presidente angolano nunca esteve à altura da missão que voluntariamente outorgou-se quando assumiu a chefia do Estado em 2017, essencialmente de ser um grande reformador e levar o país à verdadeira reconciliação. Santos (2019, p. 202), citando um provérbio chinês, assevera que “se o homem errado usar o meio certo, o meio certo funcionará da forma errada”. Ora, é exatamente isso que ocorre com a CIVICOP. Ela foi concebida como o meio certo para a consolidação da paz e verdadeira reconciliação entre os angolanos, mas infelizmente foi entregue às mãos de homens errados.

Finalmente, Kamwenho (2023, p. 22) é incisivo em advertir que “a História é mestra da vida, mas é para quem quer aprender”. E o que vem acontecendo em Angola parece prova irrefutável de que os angolanos não querem aprender com o seu passado. E como disse sabiamente o então Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queirós, no ato de apresentação pública do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos conflitos políticos angolanos, “o tempo é de perdoar e reparar os erros do passado. O momento é também de mudança de comportamentos e atitudes. Chega de erros políticos e trágicos. Chega de actos de irresponsabilidade política que podem redundar em violência e provocar sofrimento ao nosso povo. Chega de fazer política com ódio movido por egoísmo monocromático”.

Considerações finais

Ao encerrar esta reflexão sobre o conturbado processo de reconciliação nacional em curso em Angola, iniciado desde que o país alcançou a paz militar em 2002, parece-nos oportuno formular algumas notas provisoriamente conclusivas. Primeiro, a história de Angola, que abarca o período entre 1975 e 2002, é permeada de memórias traumáticas que deixaram “feridas abertas” no seio das famílias, e que ainda hoje demandam alguma sensibilidade na forma de abordar. Segundo, a julgar pelo papel que a CIVICOP tem vindo a desempenhar no âmbito da concretização do Plano de Reconciliação Nacional em Homenagem às Vítimas dos Conflitos Políticos ocorridos em Angola, no período em destaque, cumpre referir que deste modo será impossível consolidar-se o fortalecimento da paz, a reconciliação e unidade nacional, pois esta acabou politicamente sequestrada e a mercê da instrumentalização dos Órgãos de Defesa e

Segurança do Estado, controlados pelo MPLA, cuja interferência tem sido apontada como um dos principais fatores de constrangimento para a materialização dos objetivos que nortearam a sua criação.

De fato, os objetivos que estiveram na base da criação da CIVICOP estavam bastante claros e visavam essencialmente políticas de reparação que permitissem uma verdadeira reconciliação entre os angolanos, tendo a UNITA prontamente apoiado o plano e integrado a referida Comissão. A sociedade angolana manifestou grande satisfação pela criação da CIVICOP, tornando-a depositária das expectativas de uma Angola que se deseja verdadeiramente reconciliada. No entanto, infelizmente as expectativas depositadas em relação ao referido plano de reconciliação acabaram frustradas quando as finalidades da CIVICOP foram desvirtuadas, e ela transformada em arma de arremesso e aniquilamento político, plataforma de “julgamento” público, e de “assassinato” de caráter e da imagem de adversários políticos transformados em inimigos a “abater”.

Contudo, apesar de as aludidas interferências comprometerem gravemente a eficácia deste processo, conforme reivindicações de algumas organizações da sociedade civil como a Associação 27 de Maio, alguns partidos políticos, principalmente a UNITA que acabou por se retirar da CIVICOP, alguns *opinion makers*, sobreviventes e familiares das vítimas dos assassinatos de 27 de Maio de 1977 e da violência pós-eleitoral de 1992, há que asseverar que o mérito da sua criação é incontestável, pois como diz Gagnebin (2006), em *Lembrar, Escrever, Esquecer*, a CIVICOP, apesar de ser chamada a cumprir uma tarefa altamente política, cumpre igualmente uma tarefa ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica, que objetiva curar as “feridas abertas” deixadas pela violência dos processos do passado, visando essencialmente lutar contra o esquecimento e a denegação, mantendo viva a memória dos sem-nome, dar dignidade aos mortos que não puderam ser sepultados, e contribuir na interiorização dos valores da paz entre os angolanos, para que jamais se repitam os horrores da guerra.

E visto que a vontade e honestidade políticas, a ética republicana, a sensibilidade ao contexto, boa leitura do tempo político e o bom senso da parte de quem lidera este processo é imprescindível para forjar uma nova trama memorialística que sustente uma narrativa que vai na contramão das práticas de apagamento ou silenciamento e da alienação de acontecimentos e pessoas que residiam nas franjas do esquecimento, então pode-se efetivamente dizer que, no limite, o Estado angolano, que tem à cabeça o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, tem pela frente um longo e desafiador caminho a percorrer no que tange à verdadeira reconciliação nacional, cujo primeiro passo consiste em resgatar a confiança dos cidadãos e da sociedade civil

em relação aos nobres objetivos iniciais da CIVICOP, permitindo que esta realize livremente as suas tarefas longe de todo tipo de controle e alienação política e ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. O 27 de Maio de 1977 em Angola, em torno de um silenciamento, lugares e deveres de memória. **Afros & Amazônicos**, vol. 01, n. 03, p. 63-77, 2021.

BAHU, Helder Alicerces. Choro ritual: um símbolo purificador em contexto angolano. **Revista África[s]**, vol. 07, n. 13, p. 30 – 47, 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Avisos à navegação: Olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola**. Luanda: INALD, 1997.

CORREIA, Pedro de Pezarat. As implicações da descolonização de Angola no conflito pós-independência. In. BRAVO, M.E. (Coord.). **Angola: a transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento**. Lisboa: Hugin, 1996, p. 31-54.

ENDERS, Armelle. **História da África lusófona**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1997.

GUEBE, António. **Educação escolar e educação tradicional: Caminhos divergentes e convergentes**. Luanda: Mayamba Editora, 2019.

GUEDES, Armando Marques. **O estudo dos sistemas jurídicos africanos: Estado, sociedade, direito e poder**. Lisboa: Almedina, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

KAMWENHO, Zacarias. **Acreditei, por isso falei: Revisitando o prémio Sakharov-2001**. Luanda: Paulinas Editoras, 2023.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. **Rótulos atribuídos, rótulos assumidos. Memórias e identidades políticas em Angola: Da luta armada anticolonial ao 27 de Maio de 1977 [1960-1977]**. Lisboa: Guerra e Paz, 2023.

MAIER, Karl. **Angola: Promises and lies**. Rivonia: William Waterman Publications, 1996.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. **Memórias de um golpe: O 27 de Maio de 1977 em Angola**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2012.

MATEUS, Ismael. O papel da mídia no conflito e na construção da democracia. In G. Meijer (Coord.). **Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano**. Londres: Conciliation Resources, 2004. p. 62-63.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) e o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MPLA) [1961-1975]**. Luanda: Mayamba, 2010.

MONTEIRO, Carlinda. Paz e reconciliação. In G. Meijer (Coord.). **Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano**. Londres: Conciliation Resources, 2004.

MUEKALIA, Jardo. **Angola, a segunda revolução. Memórias da luta pela democracia**. Rio de Janeiro: Sextante Editora, 2010.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 177-188, 2015.

RAMOS, Justino da Glória. **Angola pelos caminhos da paz: Guerra e diplomacia (1975-2002)**. Luanda: Mayamba Editora, 2018.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma história depois dos *regressos*: a Europa e os fantasmas pós-coloniais. **Confluenze - Revista Di Studi Iberoamericana**, Bologna, v. xii, n. 2, p. 74-95, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VIEIRA, Laurindo. **A dimensão Ideológica da educação em Angola (1975-1992)**. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

Documentos:

ANTÓNIO, Xavier. (2021, 26 de Maio). **João Lourenço pede desculpas às vítimas dos conflitos políticos em Angola**. *Jornal de Angola*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/joao-lourenco-pede-desculpas-as-vitimas-dos-conflitos-politicos-em-angola/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CLUB-K.NET. **Livro “Heroínas da Dignidade” homenageia mulheres queimadas vivas na Jamba**. Luanda, 27 de Novembro de 2019. Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=38382:livro-heroinas-da-dignidade-homenageia-mulheres-queimadas-vivas-na-jamba&catid=2&lang=pt&Itemid=1069. Acesso em: 18 nov. 2023.

LUAMBA, Manuel. (2021, 26 de Maio). **Angola: João Lourenço pede desculpas pelo 27 de Maio**. Disponível em: *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-pede-desculpas-pelo-27-de-maio-em-nome-do-estado-angolano/a-57676681>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Recebido em: 17/02/2024
Aprovado em: 23/09/2024